

## Visão de estadista

*Auc*  
*10 2*

O parlamentarismo já não tem a posição saliente que manteve na Constituinte até que a Comissão de Sistematização decidisse reduzir drasticamente o mandato de Sarney para quatro anos — e com parlamentarismo. Quatro anos de mandato foram vistos como uma tendência nítida da Constituinte pelo presidencialismo.

Parlamentaristas ainda convictos, como o pernambucano Egidio Ferreira Lima, defendem aquela decisão da maioria da Comissão. Egidio sustenta que, se o mandato fosse fixado em cinco anos, Sarney ganharia força suficiente para sepultar, de forma definitiva, o sonho de implantar o regime parlamentarista no Brasil.

Os parlamentaristas acham que Sarney terá de negociar com eles se deseja restaurar o mandato de cinco anos. A realidade não parece com isso. A tendência hoje aferida por alguns dos políticos mais experimentados é a de que ganha o mandato de cinco anos, por uma série de fatores, mas acha principalmente pela convicção da maioria do PMDB de que o Partido não se acha preparado para enfrentar uma eleição presidencial agora.

Todos conhecem pesquisas de opinião pública e têm outros instrumentos de aferição das tendências do eleitorado para saber que o PMDB atravessa o mais baixo nível de popularidade desde que o País chegou à Nova República. Interesses poderosos dentro do Partido convergem para a eleição em 89, a começar por Ulysses Guimarães, que sempre defendeu presidencialismo

com mandato de cinco anos. É verdade que o grupo que defende eleição em 1988 fortaleceu-se com a recente demissão de Bresser Pereira do Ministério da Fazenda. Mas, o velho Ulysses ainda tem boa munição de mágicas para conter o grupo histórico, hoje pressionando em favor de uma Convenção extraordinária que poderia tumultuar a ação da Constituinte.

O Dr. Ulysses tem toda a razão. Uma Convenção extraordinária em fevereiro comprometeria, irremediavelmente, o trabalho de elaboração do novo texto constitucional. A grande prioridade do País não é a eleição municipal do próximo ano, incluindo a dos prefeitos de 23 capitais brasileiras — e nem mesmo a sucessão presidencial — mas a montagem de uma nova estrutura jurídica para consolidar o processo de democratização.

O presidente do PMDB age, no caso, como verdadeiro estadista, que de olho no futuro não se desvia do objetivo principal para defender interesses menores. A convergência de graves dificuldades econômicas, políticas e sociais tornam perigosa a nossa travessia rumo à democracia, quando nos lembramos que ainda não há data previsível para promulgação da nova Carta Constitucional e a ordem jurídica existente é toda ela fruto dos 20 e tantos anos de ditadura.

Entre os interesses eleitorais imediatos do PMDB e o grande interesse nacional, Ulysses tem optado pelo segundo. E isso é tranqüilizador.